



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

2699

Presidente da Mesa Diretora: Manoel Soares Lopes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 03/12/1985

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 70/85. (REVOGADA). Modifica e revoga dispositivos da Lei nº 1.325, de 07/01/1982, e, revoga a Lei nº 1.342 de 23/06/82, que dispõem sobre o loteamento nas áreas urbanas de reserva ou expansão urbana do município de Montes Claros (Lei de Loteamento). (Referente à Lei nº 1.590, de 03/01/1986).

Controle Interno – Caixa: 16 **Posição:** 12 **Número de folhas:** 13

Observação: Foi posteriormente revogada pela Lei nº 3.720, de 09/05/2007). Este projeto possui um mapa que não foi digitalizado, pois o formato do documento é incompatível com a impressora. Encontra-se disponível para pesquisa *in loco*.

Especie: PL
Categoria: Modifica
cx: 16
Ordem: 12
nº fls: 10 + mapa

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 79/85

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:-
Modifica e revoga dispositivos da Lei Municipal
1.325 e revoga a Lei 1.342. de 23.06.82

MOVIMENTO	
1	Recebido em 03.12.85
2	A Com. de Leg. e Justiça em 03.12.85
3	Vistos pelo Conselho Municipal - 10.12.85
4	Aprovado em 1ª discussão,
5	com as emendas, em 24.12.85
6	Aprovado em 2ª O - 31.12.85
7	Aprovado em 3ª O - 31.12.85
8	Aprovado em 02.01.86
9	Arquivado -
10	

Caixa



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº DE DE DE 1.985

MODIFICA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.325 DE 07 DE JANEIRO DE 1.982 E REVOGA A LEI Nº 1.342 DE 25 DE JUNHO DE 1.982.

A Câmara Municipal de Montes Claros aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os parcelamentos do solo para fins urbanos serão regidos por esta Lei."

Parágrafo Único: Só poderão ser objeto de parcelamento para fins urbanos as áreas internas ao perímetro urbano definido em lei municipal.

Art. 2º - O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Por ato do Poder Público Municipal será regulamentada a aplicação desta Lei nas Vilas e demais Distritos Municipais, desde que tal regulamentação seja precedida da justificativa técnica e comprovado interesse social do Município."

Art. 3º - O art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - São modalidades do parcelamento do solo:

- I - Loteamento
- II - Desmembramento
- III - Desdobro

Cont.





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. II

§ 1º - Loteamento é a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º - Desmembramento é a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

§ 3º - Desdobro é a subdivisão do lote resultante do loteamento ou desmembramento já aprovado.

§ 4º - Nenhuma gleba urbana poderá ser parcelada em lotes de áreas e testadas inferiores às estabelecidas nesta Lei, salvo para anexação a outros lotes ou terrenos contíguos.

Art. 4º - O art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - Entendem-se por área de Expansão Urbana as áreas inscritas no perímetro urbano e não urbanizadas."

Art. 5º - O art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. III

VIII -

IX -

§ 1º -

§ 2º - Nas áreas marginais dos córregos, riachos e rios perenes do Município, serão preservadas faixas de 40,00 m² (quarenta metros ~~quadrados~~) em ambas as margens, contadas a partir do eixo dos mesmos, destinadas à defesa do curso d'água e da flora existente, não podendo conter edificações de qualquer espécie.

§ 3º -

§ 4º -

Art. 6º - O art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - Serão encargos obrigatórios de todo loteador:

I - Abertura e terraplenagem de todas as ruas, avenidas e praças, demarcação dos lotes e quadras e as obras de escoamento de águas pluviais.

II - Colocação de meio-fio.

III - Implantação de rede de distribuição de água potável de acordo com projeto aprovado pela concessionária do serviço.

IV - Implantação de rede de distribuição de energia e iluminação pública de acordo com projeto aprovado pela concessionária do serviço.

Parágrafo Único: Comprovada a impossibilidade de extensão da rede de água e/ou energia até a área que se pretenda lotear, o projeto de loteamento não será aprovado."



Cont.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. IV

Art. 7º - O art. 14 passa a vigorar com a seguinte re
dação:

"Art. 14 - Os loteamentos novos deverão manter o pa-
drão de urbanização do melhor loteamento contíguo, mediante a implanta-
ção dos seguintes serviços, a ser especificado nas Diretrizes forneci-
das pela Secretaria de Planejamento:

I - Implantação de sistema de esgoto sanitário de
acordo com projeto aprovado pela concessionária do serviço.

II - Cascalhamento compactado das vias públicas.

III - Pavimentação poliédrica das vias públicas.

IV - Pavimentação com placas de concreto das vias pú-
blicas.

V - Pavimentação asfáltica das vias públicas.

VI - Contenção das encostas.

§ 1º - A implantação de sistema de esgoto sanitário
será dispensado mediante apresentação de certidão da concessionária do
serviço comprovando sua inviabilidade.

§ 2º - O tipo de pavimentação a ser implantado será
determinado pelo padrão dos loteamentos próximos, quando não houver lo-
teamento contíguo.

§ 3º - A contenção das encostas será exigida, sempre
que critérios técnicos, assim, o determinarem.

§ 4º - A Prefeitura não assumirá, perante o interessa-
do na aprovação de loteamento, nenhuma responsabilidade de implantação
de serviços básicos de infra-estrutura, não exigidos no ato de aprova-
ção do respectivo projeto.

Art. 8º - O art. 22 passa a vigorar com a seguinte re

dação:

MOD. P.M.M.C. - 08

Cont.





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. V

"Art. 22 -

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

IX -

X - Projeto executivo dos serviços a serem implantados, fixados nas Diretrizes e aprovados pelas concessionárias do serviço."

Art. 9º - O art. 31 passa a vigorar com a seguinte re
dação:

"Art. 31 -

I - A descrição sucinta do projeto, com suas características, sua destinação e suas restrições urbanísticas, quando houver.

II -

III - O número de lotes e/ou unidades residenciais.

IV -

V -

VI -

VII - "

Art. 10 - O art. 33 passa a vigorar com a seguinte re
dação:

"Art. 33 -

Cont.





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. VI

I - Sistemas viário (avenidas, ruas, ruas de pedestre, praça de circulação) - mínimo de 15% da área total.

II - Espaços livres (áreas verdes e áreas de lazer) - mínimo de 15% da área total.

III - Área de uso institucional (destinada a equipamentos da administração pública, culto, saúde, educação, cultura, etc) - mínimo de 10% da área total.

§ 2º -

§ 3º -

Art. 11 - O art. 36 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 - Ressalvadas as exceções previstas no art. 4º da Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1.979, os lotes urbanos deverão ser dimensionados de acordo com os seguintes modelos de parcelamento:

I - MPI - área mínima - 125,00 m²
- testada mínima - 5,00 m
- testada mínima para lotes de esquina - 10,00 m.

II - MP2 - área mínima - 360,00 m²
- testada mínima - 12,00 m
- testada mínima para lotes de esquina - 15,00 m

III - MP3 - área mínima - 600,00 m²
- testada mínima - 20,00 m

IV - MP4 - área mínima - 2.000,00 m²
- testada mínima - 25,00 m

Parágrafo Único: Os Modelos de Parcelamento permiti-

Cont.





PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Fls. VII

dos para cada setor do perímetro urbano estão demonstrados no Anexo I desta Lei.

Art. 12 - O art. 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - O prazo para execução dos serviços de implantação de parcelamentos será fixado pela autoridade competente, não podendo exceder a 02 (dois) anos."

Art. 13 - O art. 42 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42 - Será multado, independentemente de multas ou outras penalidades, previstas pelas legislações federal e estadual, em até 20 (vinte) vezes o valor de referência regional vigente, por lote alienado, todo aquele que parcelar áreas urbanas do Município, sem a prévia aprovação da Prefeitura."

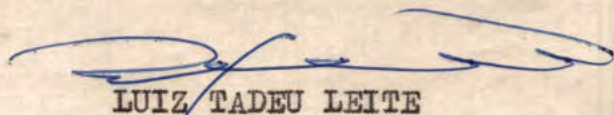
Art. 14 - Faz parte desta Lei o Anexo I, constando a planta da cidade em escala 1:15.000, demonstrando os modelos de parcelamento permitidos em cada setor da cidade.

Art. 15 - Ficam revogados os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 15, 16, 44 e 45; o parágrafo 1º do art. 33; parágrafo único do art. 34 e os Anexos I e II, da Lei nº 1.325, de 07 de janeiro de 1.982 e a Lei nº 1.342, de 25 de junho de 1.982.

Art. 16 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Prefeitura de Montes Claros, 26 de novembro de 1.985.




LUIZ TADEU LEITE
Prefeito Municipal

CJ/JMP.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE Legislação

EM 03 DE dezembro DE 1985

PRESIDENTE

A matéria é legal e constitucional. Somos pela sua aprovação.

10/12/85

March

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 1ª DISCURSSÃO POR

EM 04 DE dezembro DE 1985

PRESIDENTE

Deu o voto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 2ª DISCURSSÃO POR

EM 31 DE dezembro DE 1985

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 3ª DISCURSSÃO POR

EM 31 DE dezembro DE 1985

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

À SANÇÃO

EM 31 DE dezembro DE 1985

PRESIDENTE





Câmara Municipal de Montes Claros

Rua Governador Valadares, 223 - 1.º andar - 39.400 - Montes Claros - MG

Em

de

de 198

Ofício n.º:

Assunto:

Serviço:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI QUE MODIFICA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL 1.325, DE 07 DE JANEIRO DE 1982.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta as seguintes emendas ao referido projeto de lei :-

PRIMEIRA - O § 2º, do Art. 14, da Lei 1.325, que se pretende modificar, passa a ter o seguinte teor :-

" § 2º - O tipo de pavimentação a ser implantado será determinado pelo padrão do melhor loteamento contíguo e, na falta deste, será observado o padrão do melhor loteamento próximo. "

SEGUNDA - O Art. 39 da mesma Lei 1325, que se pretende modificar através do Art. 12 do Projeto de Lei em referência, passa a ter o seguinte teor :-

" Art. 39 - O prazo para execução dos serviços de implantação de parcelamentos será fixado pela autoridade competente, não podendo exceder a 02 (dois) anos, a partir da data de assinatura do termo de compromisso. "

Sala das sessões, 24 de dezembro de 1985.

Vereador Tarcísio Iran Rego

aprovado

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
 EM 14 DE dezembro DE 1983

 PRESIDENTE

As emendas propostas pelo
 vereador Tarcísio Iran
 Rigo são legais e cons-
 titucionais; visam aper-
 feicoarem o projeto pro-
 posto pelo executivo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM _____ DISCURSSAO POR
IRICA
 EM 31 DE dezembro DE 1983

 PRESIDENTE

foram pelo oprovção

Prumta
 moc, 31.12.83

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 À SANÇÃO
 EM 31 DE dezembro DE 1983

 PRESIDENTE



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Montes Claros, 25 de novembro de 1985.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para o indispensável exame e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal, o incluso projeto de lei que modifica e revoga dispositivos da Lei de Loteamento ora em vigor.

O projeto que submeto a V. Exa. trata-se de matéria da mais alta importância para o Município e visa, fundamentalmente, corrigir erros de cunho legal e social.

No primeiro caso trata-se de dispositivos conflitantes com outras leis municipais e com a lei maior que rege a matéria, que é a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Essas incorreções vêm causando sérios problemas na aplicação da lei, visto que, dentro do nosso propósito de uma administração justa e imparcial, fica difícil trabalharmos com um instrumento jurídico que contenha definições erradas e exigências incoerentes com nossos recursos e infra-estrutura administrativa.

Quanto ao aspecto social, é de conhecimento do legislativo que a Lei Municipal estipula o lote mínimo para os loteamentos populares, com dimensões superiores às exigidas pela citada Lei Federal. Se no passado tais exigências garantiam à população de baixa renda um padrão de moradia acima do que pretendia o processo de especulação imobiliária, hoje tal dispositivo se volta contra aqueles que pretendia beneficiar, tornando proibitivo seu acesso à propriedade da terra urbana.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cel. Prates, 142 — 39.400 — Montes Claros — Minas Gerais



Finalmente, cabe ressaltar que, dada a necessidade urgente de termos respostas para os inúmeros casos que chegam à Prefeitura, optou-se apenas por modificar a Lei ora em vigor, sendo que o projeto aqui apresentado não altera sua estrutura nem introduz novidades, apenas corrige.

Certo de uma vez mais contar com a compreensão e o alto espírito público dessa casa, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. as expressões de meu apreço e distinta consideração.

Luiz Tadeu Leite

Prefeito de Montes Claros